

“Para o Sr. Schneider”: quando operários pedem a seu patrão que se candidate a deputado (1902)¹

“Devemos desejar que a sócio-história não prevaleça”

Pierre Favre, Amiens, 13 de maio de 2005

Michel Offerlé²

Resumo

Com base em procedimentos da sócio-história do político, o artigo discute como a competência em política não pode ser compreendida fora das situações em que é solicitada. A análise de cartas escritas por operários de uma grande fundição no Creusot (França) a seu patrão e deputado permite capturar os meandros do laço de patronagem por meio da mediação da prova escrita, pela manifestação de fidelidade pessoal, logo, política, ao senhor da fundição-deputado. O entrelaçamento entre o pessoal, o econômico e o político é a regra para os mais fiéis ou para aqueles que imitam essa fidelidade. O jogo em torno dessa indiferenciação é um dos impulsos de certas estratégias epistolares.

Palavras-chave: Politização. Operários. Sócio-história. França.

Apresentação para um leitor não familiarizado com a história política e econômica da França

O Creusot é uma pequena cidade da Borgonha, na França. Seu nome, agora conhecido pelos especialistas em história econômica, tinha grande reputação nos séculos XIX e XX, pois se tratava da sede de uma das maiores empresas do mundo (Schneider et Compagnie), desde então e até sua liquidação, em 1984, de propriedade da família Schneider (pronuncia-se Schneidre).

¹ Texto publicado originalmente em Favre, P.; Fillieule, O.; Jobart, F. (dir.). **L'atelier du politiste: théories, actions, représentations**. Paris: La Découverte, 2007, p. 163-188, à exceção da apresentação adicionada pelo autor para publicação neste dossiê temático. Tradução de Ernesto Seidl.

² Professor emérito de Ciência Política da Université de Paris I Panthéon-Sorbonne e da École Normale Supérieure de Paris.

A cidade tem 2.700 habitantes em 1836, quando Adolphe e Eugène adquirem uma fundição em dificuldades financeiras. Em seu apogeu, em 1921, contará 38.000. Adolphe morre em 1845 e seu irmão Eugène (1805-1875) assume o negócio que, em seguida, caberá a seu filho (1840-1898) e, posteriormente, a Eugène, chamado Eugène II (1868-1942). Charles (1898-1960) herdará o negócio após a morte de seu pai.

A empresa produz sobretudo barcos, locomotivas e material militar (canhões). Fábricas Schneider também são instaladas no exterior e o grupo possui, antes da Primeira Guerra Mundial, cerca de 100.000 operários, empregados e engenheiros, no mundo inteiro.

Por meio de bons casamentos, a família Schneider se instalará de forma durável na grande burguesia e na aristocracia francesas.

O Creusot é célebre na história social francesa, pois é um exemplo de cidade-fábrica dirigida por seus empresários, que praticam uma política paternalista. Do berço até o túmulo, é possível se beneficiar das liberalidades da família (Senhoras Schneider participam da distribuição de auxílios): creches, escolas, empregos, moradia, cuidados médicos, aposentadoria, cemitério. A única condição é uma aceitação da dominação da fábrica, que pode, a qualquer momento, demitir agitadores e operários recalcitrantes. A cidade está repleta de estátuas dos Schneider, um vitral da igreja os evoca, os nomes de rua ainda hoje os celebram.

Essa dominação é reforçada pelo fato de a cidade ser controlada pelo proprietário da fábrica, o qual, segundo os períodos, acumula os mandatos de prefeito e deputado ou delega a um engenheiro e, mais tarde, a um testa de ferro, os cuidados em manter os mandatos. As eleições em geral se desenrolam sem contestação, devido ao alto custo que o uso da palavra tem no Creusot, e devido também ao fato de até 1913 haver na França o voto com sufrágio universal masculino (instaurado em 1848), mas sem envelope de cédula nem cabine de votação. O dono da empresa e seus principais colaboradores recolhem eles mesmos as cédulas, que depositam na urna, podendo assim sentir, de acordo com o papel, para quem vai o voto do eleitor. É somente após a Segunda Guerra Mundial que esse sistema desmoronará e que os mandatos não mais serão controlados pela fábrica. A gestão política não passa de um prolongamento da direção da empresa.

Esse sistema atinge seu paroxismo sob o Segundo Império (1852-1870), regime autoritário com base em eleições legislativas com candidaturas ditas oficiais (“o candidato do Imperador”), durante o qual Eugène Schneider – chamado retrospectivamente de Eugène I – é não apenas um comandante de indústria e um senhor de fundição muito importante, mas também um homem político nacional ouvido pelo Imperador (ele foi ministro por alguns meses de Luís Napoleão Bonaparte em 1849, mais tarde Napoleão III) e, ao final do Império, ele é o presidente do Corpo Legislativo. Os Schneider não serão tão bem considerados durante a III República (a partir de 1870); mas, tendo em conta seu peso na economia francesa, O Creusot, a cidade, sua fábrica e seus mandatos (quase sem interrupção) permanecerão à disposição dos proprietários do lugar.

Neste texto, descrevo a maneira pela qual fui levado a redigir o artigo. As cartas enviadas pelos operários se dão após o cansaço de Eugène II (pouco presente e pouco ativo, aliás, na Câmara dos Deputados) com os mandatos políticos que exerceu em primeira pessoa, isso em um momento em que as greves de 1899-1900 colocaram em questão, para ele e para certo número de operários, a evidência da “dominação paternal”.

Este artigo se propõe um exercício de método sócio-histórico e um retorno às ambivalências e à complexidade da relação de dominação paternalista.

O objeto define a caixa do arquivo?

Praticar a sócio-história implica uma relação particular com o campo e o objeto. Afirmar que não há campo sem objeto e que não há objeto sem campo parece um truísmo, pois, metodologicamente, o objeto de um trabalho sócio-histórico é tão importante quanto seu campo; no sentido que a riqueza empírica que o campo abriga e permite que se descubra não poderia levar a esquecer que uma pesquisa sócio-histórica, em seus métodos e objetivos visados, considera o campo com seriedade, mas também o usa como pretexto. Portanto, a pergunta é tanto “sobre o que você trabalha”? quanto “por que você trabalha com esse campo”?

Velha questão sociológica esta que consiste seja em partir do campo e de nele descobrir seu objeto, uma vez que o campo está disponível, aberto e, portanto, abordável (SCHWARTZ, 1998); seja partir de um objeto – sempre

há objetos disponíveis – e procurar o campo que permita acessar esse objeto, e assim fazer que coincidam sem teorismo um interesse empírico e uma preocupação generalizante. É claro, e todos nós o sabemos e todos nós o dizemos por escrito (em nossas exposições de motivos e nos diários metodológicos de pesquisa de nossos trabalhos) ou nas trocas cotidianas (“sobre o que estás trabalhando no momento?”), que essa dicotomia espessa sempre se resolve nos acertos e bricolagens íntimos de práticas de pesquisa que apenas raramente chegam à verbalização ou à explicitação metodológicas.

Tive ocasião de escrever por provocação, alguns anos atrás, que em sócio-história é “o objeto que define a caixa do arquivo” e não “a caixa do arquivo que define o objeto”. Fórmula sem dúvida bem redonda e pouco provável. Na verdade, tratava-se de se precaver, frente a uma prática da história que praticamente – mas ainda não totalmente – desapareceu, do fato de que haver caixas de arquivo ainda virgens de qualquer investigação não significa que haja ali um filão que possa se transformar espontaneamente em objeto digno de interesse. Analisar metros de caixas de arquivos não confere nenhuma garantia do ponto de vista sócio-histórico. Um belo campo, no sentido de um campo rico em documentos inexplorados, no sentido ainda de um campo promissor em maços empíricos, não constitui *de facto* um belo objeto. Talvez seja possível “fazê-lo falar”, mas nada confere à erudição algum tipo de privilégio.

Afirmar que é “o objeto que define a caixa de arquivo” pode parecer também duplamente pretensioso. Ao fixar em um *a priori* metodológico uma barreira à investigação. Ao autolimitar a antecipação que se pode ter de seu campo, atribuindo-lhe um *status* subalterno sob o risco de não lhe permitir fazer o “objeto falar”. Ademais, a fórmula pode aparecer em todo seu pedantismo, uma vez que sobre um objeto histórico antigo os documentos suscetíveis de serem trabalhados com dados são, por definição, em número definitivamente finito, pouco importando que tenham sido repertoriados ou não, conhecidos ou não, trabalhados bem ou mal, por qualquer problemática que seja.

Enfim, essa fórmula pode levar a impasses, que alguns tiveram de enfrentar, pois uma vez que a busca de fundos de arquivos corresponde a uma questão carregada de perguntas de pesquisa, ela pode levar à dispersão: há de fato respostas à questão, mas disseminadas em montes de outros fundos de arquivos, pois uma lógica sócio-histórica não segue a lógica de constituição e

de classificação dos documentos denominados "arquivos". Ela pode levar também a uma impossibilidade absoluta: não há fontes que permitam responder a esta questão, e não há meios de contornar esse mutismo criando fontes, da forma como o sociólogo ou o historiador contemporâneo podem produzir "material" que eles próprios mobilizaram e construíram por observações, entrevistas ou outro método qualquer de autoprodução de fontes das quais, por definição, o historiador é privado.

Fundos públicos, fundo privados

Há alguns anos, fui contatado por uma descendente da família Schneider, do Creusot³, para fazer uma parte do catálogo da Exposição Schneider do Museu d'Orsay que ocorreu em 1995. O texto que eu deveria escrever tratava dos Schneider na política e descrevia a relação que os membros da dinastia Schneider mantiveram com a política: Adolphe (1836-1845), Eugène, chamado Eugène I (1845-1878), Henri (1878-1898), Eugène, chamado Eugène II (1898-1942) e Charles (1942-1960). A política era aí entendida simplesmente em sua acepção ordinária, como conquista e ocupação de postos oferecidos na competição eleitoral, restrita ou ampla, local ou nacional. Também era entendida como participação em tarefas ministeriais (alguns meses na Segunda República, para Eugène I) ou como inferência sobre as políticas públicas dos diversos regimes. Pois a empresa do Creusot, empresa número um da França, talvez do mundo em seu apogeu, produzia bens essenciais, locomotivas, canhões, barcos, e seus dirigentes não se contentavam em fabricar na França ou no exterior, mas tinham também peso em outros lugares estratégicos, no Comitê das Fundições ou no Conselho do Banco da França⁴.

Eu havia também aguçado meu interesse pelos negócios creusotinos ou creuzotinos, como então se escrevia, ao redigir uma comunicação⁵ para o

3 N.T.: O Creusot é uma comuna da região administrativa da Borgonha, no departamento Saône-et-Loire. Uma comuna é a menor subdivisão administrativa da França. Corresponde a uma ou mais áreas territoriais e seus órgãos são o conselho municipal e o prefeito.

4 Além do catálogo da exposição do Orsay, publicado por Caroline Mathieu e Dominique Schneider (1995) – no qual se encontra Michel Offerlé, "Les Schneider en politique" –, para uma crônica de eventos da dinastia Schneider, pode-se recorrer a Joseph Antoine Roy (1962) e a Annie Compos, em: <<http://webpublic.ac-dijon.fr>>. "Les Schneider comme figure emblématique du patronat français".

5 Colóquio da Associação para a Sócio-história do Político.

primeiro – e único – colóquio (*L'étatisation*) organizado pela Associação para a Sócio-história do Político (OFFERLÉ, 1996). Esta comunicação, que ocorria na parte do dia dedicada às relações entre Estado e sociedade civil (as palavras não eram escolhidas inadvertidamente), abordava o que se pode chamar “o Estado por baixo”. Tratava-se de compreender o que o Estado podia de fato significar para um Creusotino da metade e do fim do século XIX, como ele podia nomear essas “instituições” imbricadas na cidade-fábrica, a prefeitura, a secretaria de assistência social, o juiz de paz, o delegado de polícia, a junta do serviço militar, o coletor de impostos, as autoridades e os indivíduos com os quais ele tinha uma chance não negligenciável de entrar em interação ao longo de suas “carreiras” de operário ou de cidadão do Creusot.

Meus itinerários arquivísticos haviam sido desde então balizados, séries BII, C, BB18, 24 e BB30, F1BI, F1CIII, F7, F12, dos Arquivos Nacionais, séries M, U2 e X dos Arquivos Departamentais, registros do Conselho Municipal do Creusot (fontes muito pobres devido às destruições causadas pelos bombardeios da Segunda Guerra Mundial). Uma incursão aos Arquivos da Polícia Municipal de Paris (série Ba) se mostrou decepcionante. Sem dúvida, encontram-se documentos profusos sobre o acompanhamento dos conflitos, pois apesar do “controle” da cidade e de seus habitantes por mais de um século, houve greves massivas e massivamente reprimidas (especialmente em 1848, 1850, 1870, 1899, 1900, 1920), mas o dossiê Schneider (Henri) enfrentando a República se revelou bastante pobre. Minhas fontes complementares eram também claramente delimitadas: a imprensa local e nacional, a de informação e a militante, dava informações úteis quanto a fatos e pontos de vista sobre o que acontecia e o que não acontecia no Creusot.

Faltavam os arquivos privados, o da família e o da empresa. Do da família pude aproveitar, mas de modo muito secundário: dispersos em diversos lugares, me foi respondido que infelizmente seu conteúdo “não correspondia ao objeto de minhas pesquisas”, e que, portanto, seria inútil que me deslocasse ao Château d’Apremont para realizar investigações que seriam infrutíferas. Sobravam os arquivos da empresa, dos quais alguns são geridos pelo Éco-Musée du Creusot e cuja parte mais interessante, para minhas pesquisas, está depositado na Academia François Bourdon, administrada por antigos funcionários,

engenheiros da empresa (daí o nome de um dos engenheiros mais conhecidos da empresa no século XIX)⁶: bem recebido, pois recomendado dentro do quadro da exposição de Orsay, fui, contudo, advertido por alguns dos voluntários, calorosos e afáveis, que desejavam que eu não acrescentasse minha pedra à lenda negra da empresa que havia sido erguida em um conjunto de trabalhos (PARIZE, 1973; MASSARD, 1973) considerados depreciativos e denunciadores, redigidos sob a forma de panfletos por antigos militantes, sob a forma de teses por filhos de antigos operários, ou sob a forma de uma literatura científica engajada, em tempos passados de um certo foucaultianismo prático.

A análise do fundo mereceria em si um estudo de tipo arquivístico e sociológico, seja pelos muitos campos e objetos que abre, seja pelas lacunas que apresenta, a partir de questões que podemos formular por uma imersão descompromissada: quando pouco a pouco descobrimos, a partir do conhecimento prático da empresa, a extensão e a lógica de sua influência. Não, não há tudo nos fundos dessas gavetas: isso se deve às destruições ou à fantasia do pesquisador que acredita que qualquer forma de influência sobre uma população, mesmo no século XIX, deve se basear em uma vigilância burocrática que deixe traços escritos?

Encontramos aí, no entanto, o traço dessa mistura extraordinária dessa imbricação entre governo privado e governo municipal, entre tutela privada e assistência pública, entre política de empresa e políticas municipais que se manifesta no entrecruzamento das fontes públicas (a municipalidade) e privada (a empresa). Como o procurador de Dijon sob o Segundo Império o descrevia com justeza (os procuradores, como os prefeitos, não diziam apenas banalidades (KARILA-COHEN 2003): "A Companhia Schneider sempre manteve a honra de exercer sozinha a função de polícia sobre essa difícil corporação. Policiais, delegados de polícia e mesmo juízes de paz são por ela mal recebidos: tive a ocasião de ver com meus olhos essa organização estranha. Em tempos normais, está bem, mais duvido de que possa sê-lo em tempos de agitação e de crise como os que atravessamos. Acostumado a ver funcionar o sistema antigo, meu substituto estava bastante disposto a se submeter à disciplina paternal dos administradores do Creusot quanto à repressão dos fatos graves que são

6 Cf. <http://www.afbourdon.com>

objeto desse relatório. [...] a tolerância do governo patriarcal deverá cessar lá onde a autoridade da lei penal começaria a se fazer necessária” (AN bb 30, 7 de março de 1858).

Também encontramos os livros de contas da família, em particular o da Senhora Schneider, na virada do século: vê-se aí que todas as suas despesas são contabilizadas, desde sua passagem cotidiana no cabeleireiro para refazer suas ondulações (5 F) até a gorjeta dada ao carregador de malas da Gare de Lyon (50 centavos). Mas isso também se aplica ao Senhor Schneider, pois o mandatário encarregado de ir retirar o recurso parlamentar do deputado se vê retribuído com a soma de 3 francos e 75 centavos. Mas não é isso que vai deter minha atenção.

SS 0233

Na verdade, ao ir pedindo “para ver” esse ou aquele registro do arquivo, em um fundo que ainda não estava repertoriado e inventariado, dei de cara por acaso com duas caixas contendo um conjunto de cartas datadas, em sua maioria, de 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 de janeiro de 1902. No conjunto dos documentos que eu havia até então consultado sobre os Schneider e sobre o Creusot, nunca a existência dessas cartas tinha sido mencionada, por uma fonte oficial (um relatório de delegado de polícia ou de procurador) ou jornalística.

Essas cartas, em um total de 994, formam a partir de então um *corpus* fechado, concluído. Não seria possível afirmar ao certo quantas cartas foram endereçadas ao destinatário, chamemo-lo por ora Eugène Schneider. Não sabemos se essas cartas foram lidas uma após a outra pelo senhor da fundição ou se uma síntese foi feita por um secretário. De fato, o restante do fundo o demonstra, a prática da síntese, do dossiê de jornais é frequente no seio desse imenso espaço em que a burocracia e a divisão do trabalho se sobrepuseram à prática da proximidade paternalista, ainda que delegada. Também não sabemos quais foram as consequências desse fluxo de missivas, tanto para Eugène Schneider quanto para os redatores desses textos. Nada nas caixas inventariadas sob o registro SS 0233 introduz a leitura dessas cartas. Nada aparecia tampouco no dossiê pessoal dos autores (mas pude consultar apenas alguns poucos) que poderiam ter se beneficiado de comentários favoráveis por terem escrito a seu patrão no início do ano de 1902.

Ao folhear rapidamente os pacotes de correspondências preservadas compreendemos logo que se trata de um conjunto de envios, mais ou menos coordenados, tendendo a “pedir” a Eugène Schneider que continue a se candidatar nas eleições legislativas para representar, como fizeram seus antecessores, a segunda circunscrição do departamento de Saône e Loire, Autun. De fato, ainda que a atividade legislativa de Henri (1889-1898) e de Eugène II sob a III República não seja de modo algum comparável à de Eugène I sob o Segundo Império – ele foi por muito tempo vice-presidente e depois presidente do Corpo Legislativo –, a presença do dono da empresa Schneider na Câmara dos Deputados, e também na prefeitura do Creusot, parecia evidente e incontestável. Em 1881, as autoridades da fábrica chamam à abstenção: não há mais do que 30,3% de votantes no Creusot. Em 1902, Eugène “II” obtém 83,5% e, em 1906, 90,8% dos sufrágios em sua cidade. E, no dia seguinte às eleições, vários milhares (?), em todo caso, muitos eleitores – as fotos o atestam – vão ao Château de la Verrerie para felicitar o eleito (Doc. I). Os meios para chegar a esse resultado aparecem muito além da noção de sinceridade do voto, tal como podia ser verificada pelos próprios deputados nas sessões de diplomação. O quadro a seguir resume, de 1840 a 1910, a posição dos Schneider com relação aos postos-chave de prefeito, deputado e, de modo acessório, de conselheiro geral⁷. Poderíamos ir mais além, mesmo que a delegação de poder concedida a um devoto da empresa, ou a introdução da cabine de votação a partir de 1919 (pois em 1914 ela não é utilizada no Creusot, como relatado), não tornem o voto menos automático. A partir de 1910, para a deputação, e a partir de 1904, para a prefeitura, o dono da empresa Schneider não solicita mais os sufrágios de seus concidadãos (em 1900 ele cedeu seu mandato de prefeito ao doutor Rebillard após as eleições).

7 N.T.: O Conselho Geral (*Conseil Général*) é um órgão de administração dos departamentos, principal divisão administrativa do território na França. O conselho reúne representantes de diferentes cantões, uma subdivisão territorial que agrupa diferentes comunas. Vide nota 3.

	Conselheiro Geral	Prefeito	Deputado
Adolphe 1802-1845	1842-1845	1840-1845	1842-1845
Eugène 1805-1875	1845-1848 1848-1870 1871-1875	Delegação à Lemmonier, engenheiro (1845-1855 e a seu sobrinho Deseilligny, prefeito de 1866 a 1870 Jean-Baptiste Dumay, revolucionário, é um prefeito efêmero do Creusot em 1871	1845-1848 1848-1849: F. Bourdon, engenheiro 1849-1870 1871-1876: C. F. Mathieu, engenheiro 1877: derrota de Mathieu 1881: chamada à abstenção
Henri 1840-1898	1876-1898	1871-1896	Derrota em 1885 no escrutínio da lista departamental. Eleito de 1889 a 1898
Eugène "II" 1868-1942	1898-1906	1896-1900 Dr. Rebillard, médico da fábrica, a partir de 1900	1898-1910 1910-1914 C. Coureau, engenheiro de origem operária 1914: G. Bras, entalhador de pedras, SFIO ⁸

O rumor que correu na cidade no início de 1902 tinha, portanto, um fundamento. Eugène Schneider não deseja mais se fazer representar, por um lado, porque o investimento que ele faz na política, embora mínimo, não parece nada interessante, em todos os sentidos do termo; por outro lado, porque ele pretende assim manifestar sua desconfiança aos olhos de seus próprios eleitores. Quantos de fato passaram para o lado da revolta durante as greves de 1899 e 1900, vividas com indignação e como injustiça (“fazer isso a mim, pai deles”) por Eugène Schneider, que dava continuidade à obra de seu pai, morto no ano anterior. E em 1900, 30% de votos brancos foram contabilizados nas eleições municipais. Em vão se eliminaram os líderes (com base talvez na bela documentação fotográfica que oferece de modo contínuo a objetivação de

8 N.T.: *Section Française de l'Internationale Ouvrière, partido de origem socialista criado em 1905, transformado em Partido Socialista Francês em 1969.*

uma manifestação inteiramente “apreendida” a partir de um ponto fixo): muitos milhares de demissões e de licenças marcam a derrota de 1900. Em vão se reestruturou o centro da cidade e se fez sumir materialmente os lugares-chave (o quiosque, por exemplo) de agrupamento dos grevistas. Nada podia ser feito; a confiança desapareceu de ambos os lados. O relatório interno redigido por Saint-Girons lhe dá estas palavras: “as relações formais e até cordiais baseadas na estima, na confiança e no respeito” foram substituídas por “[...] relações de empregador a empregado. De comprador a vendedor de trabalho manual, da ‘mercadoria-trabalho’ [...]. Pelo menos a morte de meu pai lhe poupou de assistir nesse mundo ao esfacelamento moral de seu querido Creusot” (AFB, SS 02 07, 25 de novembro de 1899).

O objeto de duas caixas

Tal descoberta não é uma coisa extraordinária. Todos que trabalharam com registros domésticos ou populares, todos que puderam acessar fundos históricos sabem que nas classes populares também se escreve. Livros de receitas de cozinha, lembranças de caçadas ou de pescarias, álbuns de fotografias, cartões-postais, às vezes diários íntimos ou pedaços de poesia ou de romances – ver, em especial, Chartier (1991), Fossé-Poliak (1992) e Weber (1993) – ou para os mais militantes, panfletos, moções, cópias de citações. Mas sabemos que essas práticas sempre foram e continuam raras, tanto as que proveem de militantes quanto as de frações “desviantes” das classes populares como esses registradores proletários agora constituídos como amostra de outra vanguarda plebeia (cf. os trabalhos de Hébrard e de Rancière).

Como mostra o conjunto de contribuições reunidas por Roger Chartier, a correspondência permanece um bem raro no século XIX, dividida de modo muito desigual de acordo com as regiões e com as categorias sociais. A coisa se torna ainda mais excepcional quando se trata de se dirigir diretamente ao patrão de sua empresa, sobretudo quando este se chama Schneider. Os operários do final do século XIX escrevem pouco ou não escrevem. Mesmo durante as greves (PERROT, 1974), a escrita permanece pouco frequente. Os operários dos anos 1890, se foram escolarizados, sem dúvida foram pouco acostumados aos exercícios escolares que consistem em redigir cartas – esses modelos são mais tardios, segundo Chartier (1991). Os pontos de apoio que eles podem ter são procurar na produção de pedidos ou de preces dos quais

ainda se encontram traços hoje em dia nos cadernos de votos, que ainda existem em certas igrejas, e nos quais os fiéis formulam pedidos dirigidos a Deus, ao Cristo ou à Virgem em benefício dos seus, deles mesmos ou de toda a Terra (LAGROYE, 2006). Mas o que foi guardado dessa literatura, a qual, aliás, é mais feminina do que masculina?

Frente a essa quantidade enorme de cartas, vinda quase exclusivamente de operários do Creusot, uma tripla vigilância deve se impor para que se trabalhe com esses textos. Primeiramente, convém preservar seu sentido de espanto histórico, pois essas palavras são historicamente situadas. Em seguida, é preciso controlar nosso etnocentrismo de escritores, não tratando essas cartas apenas a partir da busca de uma hipotética norma conforme que permitiria determinar uma e apenas uma maneira legítima de escrever a Eugène Schneider. Florence Weber mostrou bem, a partir de uma correspondência suscitada junto a jardineiros amadores, que ficar perseguindo sinais de incompetências epistolares, julgar esses textos em função de uma escala de “epistolaridade”, é ao mesmo tempo um tropismo de intelectual (até que ponto essa carta aqui se parece com uma carta do ponto de vista gráfico e estilístico) e também um desvio metodológico, que pode incutir, sem a prova do lado do escritor, o desconforto e a humilhação próprios a toda situação sentida como uma forma de incompetência.

Última advertência necessária, a que tem a ver com o etnocentrismo político e consiste em reter das situações de dominação apenas aquilo que confirma a evidência dessa dominação. Nós nunca saberemos como essa “amostra” arquivística foi constituída. Nós nunca saberemos, portanto, quantas cartas foram realmente endereçadas e sob quais formas: foram colocadas pelos escritores junto à entrada do castelo, foram colocadas em um lugar indicado na própria fábrica, foram coletadas por contramestres voluntários ou encarregados pela hierarquia da empresa? Em todo caso, essas cartas não receberam selos.

Não saberemos tampouco quantas dessas cartas foram preservadas no conjunto de cartas escritas. E também não saberemos quais foram as condições dessa mobilização epistolar. Algumas aparecem como respostas a um pedido de apoio, como uma espécie de abaixo-assinado (algumas cartas são coletivas e outras emanam de um autor coletivo, escrivão público ou pequeno letrado de rua) cujo iniciador não é citado.

O constrangimento não é explicitamente mencionado, ainda que tal ou qual autor possa deixar escapar algo, em cartas bastante detalhadas que implicam uma entrada na matéria do tipo: "Tendo sabido", "tendo ouvido falar por diversas pessoas", "eu soube", nós soubemos que", e também "eu venho aqui por esta, e com respeito, para pedi ao senhor que coloque seu nomi na lista dos voto", escreve Lagoutte da fundição de cobre⁹. Ou "eu soube pelos delegados de minha corporação", ou "através de seus empregados", o que indica também uma orquestração original¹⁰.

Sejam eles textos suscitados, sugeridos, forçados ou voluntários, terei como hipótese que podemos considerá-los como indicadores da relação mantida por uma parte dos operários do Creusot (os que respondiam), que são apenas uma parte dos operários franceses da época, com a obediência e a autoridade. Esses operários, que em sua maioria são autóctones, estão ligados a sua fábrica e a seu patrão por laços fortes, datando de várias gerações (alguns o recordam nas cartas). Visto de fora, esse laço de patronagem (a distância, uma vez que as relações personalizadas não são mais nem possíveis nem desejáveis há bastante tempo, exceto em algumas cerimônias) aparece bem como uma forma de controle, de dominação. Aqui também, teremos cautela em seguir apenas essa pista. A mobilização epistolar de 1902 deve ser primeiramente analisada como um formidável teste projetivo que permite capturar os meandros complexos do laço de patronagem, através da mediação da prova escrita. O que os Creusotinos sobreviventes do filtro arquivístico podem nos ensinar são as múltiplas formas gráficas e argumentativas de responder a uma injunção, mais ou menos direta e mais ou menos iterativa, que consistem em manifestar sua fidelidade pessoal, logo, política, ao senhor da fundição-deputado. Afinal, o entrelaçamento entre o pessoal, o econômico e o político é a regra para os mais fiéis ou para aqueles que imitam essa fidelidade. Veremos que o jogo em torno dessa indiferenciação é um dos impulsos de certas estratégias epistolares.

9 Devido à impossibilidade de mostrar as grafias e os modos muito variados de uso dos suportes de papel, optei por transcrever todos os textos dirigidos a Eugène Schneider e reunidos nas caixas SS 0233 em sua forma original do ponto de vista ortográfico e sintático. Todo esse material poderia também ser objeto de uma análise gráfica feita em função do grau de virtuosismo na sofisticação, no preciosismo colocado nas voltas dos M e dos S, ou segundo o grau de conformidade ou de liberdade em relação aos modos mais reconhecidos de caligrafia escolar da época.

10 Os delegados das corporações foram instituídos pela direção depois das greves de 1899-1900, e após a sentença arbitral, para fazer as informações subirem por outros canais além dos estritamente hierárquicos.

Quando se trabalha sobre o voto, o material contido nas cédulas nulas (DÉLOYE; IHL, 2002; LEROUX, 2002) permite contornar, pelas bordas, o silêncio das urnas, sob uma forma principalmente negativa e raramente desenvolvida. As duas caixas reunidas no registro SS 0233 no fundo da Academia François Bourdon permitem constituir uma espécie de amostragem (mas a partir de uma amostra muito particular) do que seriam cédulas de voto sobre as quais – porém, dentro do formato de uma carta – poderíamos resumir o sentido de uma adesão mais ou menos obrigada ao candidato. Ou espécies de profissão de fé, dessa vez redigidas pelos próprios candidatos (Doc.2).

Ainda que seja delicado abstrair o texto das circunstâncias de sua produção – a figura imposta da carta – escolhi, no entanto, tratar sucessivamente de competências epistolares e de capacidades políticas, que segundo eu são os dois objetos que no final das contas eu fui procurar no meio de caixas de arquivos encontradas sem uma intenção prévia de objeto.

Escrever uma carta

O papel, os historiadores e os sociólogos da correspondência o sabem, era e pode ainda ser um bem raro e caro em muitos lares onde a escrita tem pouca importância na vida cotidiana.

Aqueles que escreveram em janeiro de 1902 usaram principalmente folhas brancas, quadriculadas, de 13,5 x 21 cm, dobradas em dois, às vezes inteiras, com frequência cortadas com cuidado, ou rasgadas às pressas. Há também algumas de 11,2 x 17,5 cm ou de 19,5 x 29,5 cm. Certos comerciantes utilizam seu papel comercial de 21 x 27 cm, o vendedor de calçados Perrin ou a loja de horticultura Charollois. Nos raros papéis que fogem ao quadriculado, linhas são traçadas a lápis; ao lado do branco, 4 folhas violetas, uma verde e uma azul; um cartão de visitas e 6 cartas marcadas em preto, sinal de um luto recente ou da reutilização de um papel inutilizado. Os escritores sabem também que a tinta, nessas circunstâncias, deve ser preta; apenas alguns escrevem em azul, um em violeta e um em vermelho.

Em sua maioria, as cartas são escritas por apenas um autor, mas alguns escrevem cartas coletivas; às vezes, familiares, um filho, pai ou até um avô, e muito excepcionalmente, uma mulher, em geral pertencente a uma oficina (“prensa e pilão”) ou a um ofício (“um grupo de eletricitistas”). As cartas visivelmente circularam, além das que são escritas pela mesma mão, como as de

Guillot, Cortier e Lavaux, todos os três menores de idade; ou aquelas cujas fórmulas vêm, como a de Bussièrre e Guillemin, cada um de seu lado, "solicitar de vossa boa vontade que se apresente como candidato"; ou como essa fórmula que aparece bastante "venho vos persuadir da sinceridade de meus sentimentos, lhe solicitando vossa candidatura nas próximas eleições". São raros os que se valem, como Lorton-Bidault (agente de crédito em Couches), de uma iniciativa de tipo político e coletivo: "em meu nome pessoal e em nome também de meus amigos políticos". Pois são indivíduos situados que, individualmente (ao menos sob a aparência da materialidade da carta pessoal e com frequência personalizada), tomam a iniciativa de redigir um texto que apresenta, com maior ou menor semelhança e alegria, o aspecto de uma carta.

Todas essas cartas estão assinadas com sobrenome e às vezes nome de seu autor, frequentemente com sua alocação na fábrica ("Vosso humilde servidor Saunier Jean marteleiro da prensa de 2000t") ou fora dela (pois um comerciante, um padre, um geômetra e um arquiteto também escrevem), também com frequência o endereço é indicado e, mais raramente o número de matrícula ("Martin Pierre nº 2077", "Claude Lagoutte nº 5598").

Em geral, as cartas contêm de 7 a 10 linhas, às vezes os autores se contentam com 2 a 3 linhas, sob forma de uma interpelação, de uma quase injunção ou de uma palavra de ordem:

Senhor
Opinião favorável à reeleição do Sr. Schneider
Pichon
Aparelhador Prensa e pilão

Senhor
Espero que o senhor possa se candidatar
Brigaud Jean

Senhor Schneider
Eu conheço vossa candidatura
Para apoiar o interesse do operário
Desvignes Claude

De modo mais excepcional, alguns locutores argumentam ao longo de mais de uma página. Os detalhes biográficos são, portanto, mais densos, mas

giram em torno do conhecimento íntimo da cidade, do laço prolongado com a família Schneider e a ascendência familiar na empresa. Informações de ordem biográfica complementares são então mais desenvolvidas e fazem parte dos recursos argumentativos dos redatores mais prolixos. De frère Jean Baptiste, da Aciaria, escreve que trabalha no “Creusot desde 1866. Eu sempre dei minha palavra ao Senhor Schneider aquele que Me fez sempre ganhar minha vida de minha família de 7 criança”. Ou, como relata Jolivot Marcel rua de Chalon 35: “Operário desde os 14 anos ao vosso serviço, Tendo tido a felicidade de participar das alegrias, como infelizmente também, das tristezas de vossa família”. Quanto à ortografia e à apresentação gráfica, sujeitas a muitas incorreções, elas às vezes são neutralizadas pelo fato de uma parte delas ter sido copiada por um escritor profissional, ou passadas a limpo. Mas, mesmo as mais breves, ainda que não respeitem os cânones da apresentação, ignorando o cabeçalho ou as fórmulas de tratamento polido, conservam uma escrita alinhada.

Para quem escrever?

Há nessa amostra, além dos 46 textos que não começam sua carta com uma fórmula de tratamento (são os bilhetes mais breves), 140 modos diferentes de designar seu destinatário. Com efeito, podem variar ao mesmo tempo a designação (Senhor, ao Senhor, Senhor Schneider, Senhor Schneider Eugène ou Senhor Eugène Schneider), mas também a ortografia da designação (Meus Senhores, Senhores, Sinhô) e, sobretudo, a ortografia do patônimo (Scheider, Schender, Shneider, Scheneder, Scheinder e Cia. Chneider, Shneider, Sciecheider ou Scheineyder etc.). A qualidade do destinatário pode também variar consideravelmente, uma vez que as cartas podem ser endereçadas ao empreendedor (Meu diretor, Gerente, senhor ou sinhô de fundição, ao gerente das Minas do Creusot e de suas dependências), ou deputado (Nosso deputado ou Senhor deputado, do Creusot, de Saône e Loire, da 2ª circunscrição de Autun); ou ainda, muito raramente, ao Senhor Schneider Deputado, Gerente das Fábricas do Creusot.

Algumas cartas, enfim, pendem para a familiaridade (Senhor Eugène) ou ao reconhecimento (Senhor Eugène e caro Patrão, Meu caro e dedicado Mestre e Senhor e muito respeitado Patrão, ou Ao nosso Grande Benfeitor Senhor Eugène Schneider).

Ao reagrupar em algumas categorias as fórmulas de início das cartas, obtemos a seguinte conta:

Senhor Schneider	396
Senhor	334
Senhor S. (ortografia errada)	82
Sinhô (ortografia errada)	8
Título industrial	21
Título industrial mal grafado	3
Título político	77
Título político mal grafado	7
Título industrial e político	1
Títulos familiares	19
Nenhuma menção	46

Gostaria de ir além dessa contagem e poder mostrar, como esperado, que a competência epistolar varia com a capacidade política e com a qualificação dos interessados. De fato, as cartas dirigidas ao deputado ou ao industrial são mais conformes à ortografia habitual (como o mostra a proporção diferencial de erros de ortografia para o patrônimo, segundo a fórmula utilizada, Senhor deputado, Senhor Gerente ou Senhor Schneider).

As cartas sem fórmula de introdução, ou nas quais a grafia de Schneider está deformada, são bem mais curtas, pouco desenvolvidas em argumentos políticos e todas elas escritas por operários. Mas existem, e são numerosos, textos que vêm de operários da empresa que começam com "Senhor Schneider" e argumentam no sentido de tentar (?) convencer o deputado em fim de mandato a se rerepresentar como candidato. Louis Geffroy, operário da artilharia, em uma carta de três páginas (formato pequeno), declara: "Realmente, Senhor, ninguém melhor que o senhor é qualificado ocupar esse posto de deputado: o que precisamos são homens como o senhor; probos e honestos conhecendo os negócios e sabendo geri-los para poder gerir os negócios da França". Ou, de maneira mais "frágil", Joliet Charles, decapador, que pede a Senhor Schneider que seja candidato: "Fique conosco Senhor Schneider para vencer o coletivismo e levantar a estima da França". Seria preciso um

conhecimento mais profundo, mais pessoal, desses locutores para, em uma etnografia retrospectiva, melhor diferenciar aqueles que, 100 anos mais tarde, apenas nos aparecem sob a etiqueta genérica de operário. Podemos, contudo, refinar um pouco mais a análise, trabalhando não mais com fórmulas de introdução das cartas, mas com essas fórmulas ditas de tratamento polido, que permitem se despedir.

Saber encerrar uma carta

Aqui também, e talvez seja um dos indicadores do grau de espontaneidade dessa mobilização epistolar, tem-se ao mesmo tempo convergência de formulações e grande variedade de gama dos possíveis. Uma base de formulações convergentes faz eco a uma base dos Senhor e Senhor Schneider e similares. Mas 88 escritores se afastam sem se despedir; são com muita frequência aqueles que haviam entrado na interação sem designar um destinatário. E há 272 variações possíveis para encerrar uma carta. As locuções que são utilizadas ao final deveriam também ser contabilizadas com aquelas que encontramos no próprio corpo das cartas, onde vínculo, dedicação, respeito e outros signos e vocábulos remetendo ao serviço e à fidelidade estão presentes.

Nessa correspondência, são quatro sujeitos de importância desigual que se dirigem ao Senhor Schneider. O termo subordinado aparece não mais do que três vezes e o de operário apenas 65 vezes nas fórmulas finais que encerram a carta com maior ou menor sofisticação: raramente “eu tenho a honra de”, com mais frequência “receba senhor a certeza de” ou as “saudações”. Aqueles que falam como eleitor são 65. Mas são os que se dizem servidor do destinatário que são mais numerosos (452). Esse posicionamento é corroborado pela importância do termo “dedicado” que é colado ao de servidor, mas que também aparece por meio das saudações, do respeito, da dedicação. 712 fórmulas finais incluem esse tipo de postura.

Há uma grande riqueza de formulações nas palavras para dizer e expressar a patronagem, em torno de alguns lugares-comuns centrais: o servidor é dedicado (209), muito dedicado (42), inteiramente dedicado (20), humilde (13), umilde (1), muito humilde e dedicado (13). Há toda uma série de nuances nas formulações, pela utilização de outros adjetivos (fiel, sincero, respeitoso, obediente, mais raramente submisso, ou amável) e pela utilização de formas que amplificam a postura (todo, o mais, o muito); pode ocorrer também “seu servidor” (55) e uma vez “servidor por toda a vida”.

A dedicação é com maior frequência inteira (79), pode ser profunda, respeitosa, perfeita, humilde e multiplicada ao infinito pelas continuações “profundo e respeitoso”, “humilde e inteira”. Ela pode ser especificada “seu inteiro devoto servidor internamente como externamente à fábrica” (Jondreau François, caldeireiro). As saudações e os sentimentos podem também ser dedicados ou inteiramente dedicados; mas as saudações são com maior frequência respeitosas, sinceras ou zelosas.

A autoqualificação como operário não implica outro léxico: dedicado, respeitoso e humilde. Um deles assina “vosso amigo e operário” e outro, “um operário que permaneceu fiel”, como uma piscadela para a mudança brusca de opinião constatada entre alguns deles durante as greves. Quanto aos eleitores, se eles também se proclamam dedicados (alguns assinam eleitor e servidor), eles são em primeiro lugar fiéis e sinceros. Um deles, Alex Péguer, se diz “vosso pequeno eleitor”.

Podemos ir além dessa enumeração e relacionar as propriedades sociais dos autores com a calibragem de suas formulações? Para a maioria, não há dúvida que a utilização do registro da dedicação e do compromisso com o serviço é a expressão fiel de sua relação com a empresa, como empresa generosa e provedora. A mobilização epistolar é um atestado de reconhecimento do qual não podemos suspeitar *a priori* a duplicidade, salvo se considerarmos que alguns “incrementam as manifestações”, exagerando no uso dos lugares comuns sobre o laço de subordinação reconhecedora. De forma inversa, aqueles que utilizam o registro da estima, da consideração, do respeito e das civilidades, são socialmente menos diretamente ligados à fábrica (ainda que todo indivíduo sobre o território na órbita do Creusot seja suscetível de ser dependente). O fruteiro Paillard assegura a Eugène Schneider “seus respeitos zelosos” (mas um montador faz o mesmo). Defrère J. B., já citado, termina sua carta pouco fiel à grafia e à ortografia idônea com um “Receba Senhor a Certesa de minha perfeita Consideração”. Mas Lorton-Bidault, agente de crédito em Couches-les-Mines, encerra sua correspondência com “a certeza de meus sentimentos respeitosa e dedicados”, e o pároco de Breuil ou Champmartin, do Comitê Eleitoral do Creusot, assinam ambos seu “muito humilde e obediente servidor”; um pedreiro, por sua vez, apresenta seus “sinceros respeitos”.

Trata-se de sinal de uma preparação da carta pelo recurso a conselhos externos ou da interiorização das fórmulas ajustadas da deferência? De qualquer

forma, a maioria dos autores sempre encontra fórmulas adaptadas à situação em que se encontram, que alguns destacam, pedindo de antemão que sua audácia seja desconsiderada: “pela grande audácia que tal vez eu tenha ao vir vos impor meu desejo” (Et. Larcher).

Restam ainda algumas fórmulas que borram as fronteiras dos gêneros: Jules Garnier (Administração) termina escrevendo: “na esperança que possa nos honrar com vossa confiança”; Jean Bobin, montador chefe nas linhas férreas, diz “reservado meu sentimento dedicado”, “eu asseguro ao Senhor meu sufrágio inteiro de dedicação”, “amisade e d’evocação”, ou “eu estou aos vossos sufrágios” (J. Paquie, oficina de construção) ou o anônimo “eu estou aos vossos sufrágios”.

Outros, por fim, despedem-se, indo aos fatos ou voltando a eles. Pois essas cartas não são apenas manifestações de obrigação e de deferência. Elas também contêm solicitações bem precisas, uma vez que têm como objetivo visado e explícito pedir ao destinatário que se candidate nas eleições legislativas de 1902: “O pão que o senhor dará a nossos filhos com vossa capacidade e vossa insaciável dedicação” (Vivant Jarland, operário de carretas); “de vê o senhor aceitar o mandato que vos ofereço com seriedade” (Pierre Chaute, prensa e pilões).

Saberes Eleitorais

Os operários escritores sabem antes de tudo que seu patrão é deputado, e muitos entre eles sabem também – é uma das razões da mobilização – que se trata de uma tradição familiar: “que o senhor tenha os bons sentimentos de conservar o mandato de deputado que o senhor recebeu de vosso pai” (Germain Claude, minerador); “não interromper a longa tradição que liga vossa família a nossa querida Creusot e queira, como vosso avô e vosso pai, continuar a ser na Câmara dos Deputados o representante esclarecido e dedicado dos verdadeiros interesses de vossos concidadãos” (oito signatários sem qualidade especificada).

Eles sabem que as eleições ocorrerão em maio – “O senhor pode contar com minha palavra para as eleições de 1º de maio” (Jusot Pierre, minerador) – e que se trata de eleger um deputado – “de conservar vosso mandato ao vos

inscrever novamente como candidato nas eleições legislativas" – (L. Vavon torneiro); "Queira eu vos rogo asseitar a deputações no mês de maio" (Varniot Louis).

Ou com certa aproximação: "desejando que o senhor se apresente como candidato nas próximas eleições legislativas (Villeret Honoret); "nóis vos rogamos não hesitar; de vos apresentá junto a nós para as eleições eleitorais" (Perraudin François, torneiro de projéteis).

Ou, ainda, com uma grande afetação: "Eu tenho a honra de vir vos rogar de me permitir vos pedir que queirais consentir em vos tornar novamente nosso eleito à deputação" (Détout, contramestre).

Eles também sabem que o "mandato", o termo é por vezes utilizado, vai expirar, vencer: "Vosso mandato de deputado de nossa Circunscrição estando à véspera de expirar eu venho em meu nome pessoal solicitar ao senhor de vos apresentar novamente frente a vossos eleitores que terão grande alegria de vos enviar para defender seus interesses diante do país" (Jean Gauthier, serviço de eletricidade); "é para rogar ao senhor de continuar nosso deputado. que o senhor seja nosso eleito esse ano assim como no futuro" (Long François pilões temperador). "Vosso mandato de deputado estando perto de expirar" (Jacques Dietrich, montador); "eu venho rogar ao senhor que conserve vosso mandato nas eleições desse ano" (Desvignes Pierre, ex-chefe cantoneiro); "Como vossa candidatura vai em breve terminar" (Lagorde Auguste, pedreiro).

São raros aqueles que falam do Palácio-Bourbon (Jacques Lacour, delegado suplente; das corporações, sem dúvida), outro (anônimo), fala de Corpo Legislativo (a antiga Câmara do Segundo Império).

O vocabulário da eleição circula: se apresentar, "Senhor Eu espero que o senhor possa se apresentar" (Brigaud Jean); candidato, "Eu soube que cada eleitor podia escolher o senhor como candidato nas próximas eleições" (Joliet Charles, decapador).

Candidatura, "Para apoiar sua honra na próxima Eleição então espéro ver vossa candidatura" (Flèche Melchior, eletricidade): "Queira me proporcionar vossa candidatura Às eleições legislativas de 1902" (Petit Antoine, electricista); "eu reconheço vossa candidatura para apoiar o interesse do operáriu" (Claude Desvignes).

Reeleger, “eu ficarei feliz de rêeleger o senhor na próxima eleição” (Lamy Louis, aplainador); colocar vossa candidatura, “se envolver em colocar vossa candidatura” (anônimo); vos conduzir, vos reconduzir, “rogar ao senhor de vos reconduzir nas futuras eleições legislativas” (Fr. Auguste, aplainador), “favor queira vos fazer reconduzir nas próximas eleições de deputado” (Maringue), “vos reconduzir nas futuras eleição legislativa (Mouchonne e Bonnin, ambos aplainadores que utilizam a mesma formulação); vos fazer conduzir, “Portanto tenha a bondade de vos fazer conduzir” (Briaudet Paul); circunscrição, “apenas o senhor têm condições de representar dignamente nossa circunscrição do Creusot que vos será sempre agradecida” (Saclier Pierre, peão). E também representar, sobre a qual falaremos mais adiante.

Em todos esses textos, há graus de sofisticação maiores ou menores. As fórmulas soam corretas para alguns que podem mostrar que eles podem fornecer mais informações: “Eu dou ao senhor minha palavra e meu apoio com a maior confiança que o senhor sairá Vitorioso no 1º turno do escrutínio (Germain Claude, minerador); “fazer o nome do senhor ganhar com uma grande maioria” (Lasseur Charles), “o senhor terá no mês de junho o mesmo sucesso de Maio de 1898” (Maurice Guyondet, forja grande).

E Defreere, em uma organização de texto encontrada em muitas cartas, consistindo em colocar uma maiúscula a cada nova linha, tenta invocar seu papel engajado em outras eleições municipais: “Eleições, dadas minha palavra, eu sempre protestei Contra a Social para as Eleições municipal em frente da Prefeitura fiz rasgar As Cédulas em Sourdeau”.

Mas para outros, também operários, as aproximações mostram que a referência ao vocabulário eleitoral está presente, mas que sua pertinência e sua exatidão são deficientes.

Auguste Lacagne escreve apenas: “eu ofereço ao senhor minha Candidatura”. “Sr. Schneider eu ficarei feliz que o senhor asseite à candidatura oficial”, enuncia Gaudry Simon, marceneiro.

Um anônimo domina mal um vocabulário já especializado: “tendo sabido confidencialmente de sua desistência à câmara”; como J. Joseph Barodet, fundidor: “Tendo sabido sua abstenção nas próximas eleições”. Ou como

fazem vários de seus colegas: “de querer Consêrvar ceu Mandatu Ejislatura¹¹” (Badaut Pierre, fundição de ferro); “Tendo sabido que o senhor recusas sua candidatura de deputado (Charleux Louis, forja grande, torno de cilindro nº 2606). E ainda Louis Cassier: “eu gostaria muunto qe Senhor Schneder continue sendo nosso representanti nos governo nas proximas eleições”: ele acumula assim abundância de informações e imprecisões múltiplas, da mesma forma que Lagoutte (fundição de cobre): “se apresentar na lista dos vótos, que devem ocorrer esse ano, eu ficarêi muito satisfeito pois o senhor pode nos dar a todos boas opiniões, eu cempre pronto à vossa disposição e a apoiar vossa parte a casa e Senhor Schneider e ceus interêces”.

É claro que, medidas com base no período de surgimento dos discursos científicos sobre a política e na balança das formas de expressão cometidas, essas explicações de voto, equipadas com algumas palavras da política, com frequência deformadas, não poderiam alcançar qualquer dignidade de discurso politicamente articulado. Ainda mais que – outro etnocentrismo que nos ameaça – toda essa mobilização se faz em um período em que a aquisição de uma competência política rebelde parece dever ser a norma da politização operária. Esses Creusotinos sofrem um controle, cuja existência ignoram, por meio de um vocabulário que lhes fornece os atalhos mínimos lhes permitindo dizer aquilo que eles são. Do lado de fora, durante as greves de 1899, Jaurès pode escrever: “É mais do que a feudalidade da Idade Média, pois o senhor feudal, vivendo em um mundo em que a feudalidade era o tipo dominante, não duvidava de seu direito” (outubro de 1899) (PARIZE, 1973, p. 195); do lado de dentro, Jolivet Marcel, em uma das súplicas dirigidas ao deputado em fim de mandato pede: “escutai minha prece, unida à de quase totalidade de vossos operários: depositai em nós vossa confiança. Confiai ao Creusot vossa afeição. Conservai o mandato que o senhor recebeu de vossos operários ou melhor aceite que nós o renovemos”.

Representar

Com efeito, os termos representação, representante, se apresentar, se reapresentar e representar estão muito presentes em grande número de cartas.

¹¹ A grafia foi assim mantida, com o uso de maiúsculas ao iniciar nova linha.

E é preciso agora refletir sobre o elo, mais complexo do que parece, que vincula o “chefe” e seus “servidores dedicados” “prontos” a “lavar as injúrias que o senhor recebeu nos anos anteriores” (L. Maillot, traçador).

O termo chefe aparece frequentemente com suas conotações guerreiras: “tendo a gloriosa bandeira do Creusot sido carregada por vossos ancestrais, não desejamos nenhuma outra”, escrevem Cottin, Cottin, Contassot e Bardevant em um cartão de pêsames. “Cada exército tem seu chefe, nós vos reconhecemos como nosso chefe supremo, para defender nossos direitos de verdadeiros franceses ‘partido da ord’¹² no Palácio Bourbon” (assinatura ilegível); “manter-se no cargo como uma sentinela vigilante” (Goutorbe, ajustador).

Aquele que os representa é o mestre, o patrão no sentido do século XIX do termo¹³, aquele que patrona, que protege. Pelo intermédio de uma relação eleitoral levada a sua última verdade, os termos utilizados para solicitar a candidatura do deputado em fim mandato são da ordem da fidelidade ou do reconhecimento: “Nós que permanecemos, ficamos e ficaremos inabalavelmente ligados a vossa patronagem magnânima” (L. Lesavre, montador eletricitista); “eu farei meu dever de cidadão como eu sempre fiz para meu patrão” (François Gudin, artilharia).

Como indicavam as fórmulas de tratamento, a simbiose é perfeita para a maioria dos autores entre obrigação e reconhecimento pessoal e econômico e seu necessário prolongamento em uma representação que justamente não seria política: “Os Creusotinos não devem se ocupar de políticas, e eles desejam, sobretudo, que a maior Fábrica do mundo seja representada dignamente na Câmara dos Deputados” (Bonin Fr. Auguste, aplainador).

Se solicita, se roga, se suplica. E se implora que esqueça os erros do passado recente – “eu venho vos pedir que tenha confiança na maior parte de vossos operários e empregados” (Vachey Martin, encarregado do serviço de artilharia) – e que aceite levar adiante o trabalho de representação. Muitos solicitantes pedem assim que seu eleito consinta “nos honrar com vossa confiança” (Jules

12 N.T.: Partido da ordem.

13 *“PATRÃO se diz também de Um homem poderoso sob a proteção de quem alguém se submete para fazer sua fortuna, para ter apoio; e de Um homem do qual se obtém socorro em um negócio, em uma circunstância difícil. (Dicionário da Academia Francesa, 1832/1835, p. 2370).*

Garnier, Administração) ou que “tenha a bondade de vos apresentá como deputado” (Nectoux pierre), “Ligado de todo coração, ao nome venerado que o senhor carrega” (Jolivot Marcel). Os eleitores prometem mais que votos, sufrágios, palavras ou “palávras”, eles oferecem, sob a forma de entrega de si, seu apoio, seu reconhecimento, eles dão sua confiança, “minha palavra franca”: “sinhô Schneider meu coração é vosso o reconhecimento é meu” (Biot Paul Étienne). Talvez o termo “palavra”, próximo de vozes, resuma melhor o segredo da transação: “eu sempre dêi minha palavra ao senhor Scheneidér aquele que sempre Me fez ganhá minha vida de minha família de 7 filhos” (Derère JB das aciarias). O dever também é invocado, não sem ambiguidade, pois envolve uma automacidade que pode ser cativa ou eletiva. Mas esse dever se aplica igualmente a outra parte, que também tem a obrigação de manter sua posição e de fazer seu trabalho: e a primeira forma de justificação é a mobilização do passado, da tradição. Os operários Schneider no passado sempre fizeram seu dever e os chefes também: “portanto eu creio que senhor não desejará quebrar essa tradição” (Sacleir Pierre, operário linha férrea). O vínculo certamente não é contratual, mas se revela mais complexo do que parece em certas fórmulas, tais como: “queira nos deixar vosso nome e sua dedicação para nos representar e nos apoiar na Câmara dos deputados” (Et. Larcher). As palavras para falar sobre o vínculo não são isentas de incertezas ou de confusões: o que pensar de “eu sempri fui estive em vossas ideia” (Palentin François. Oficina pilão).

As condições de possibilidade da politização na relação de patronagem

Esse material imprevisto pode nos permitir entrever o que os operários Creusotinos do início do século passado podiam pretender, ou esperar negociar, em uma relação *a priori* totalmente desequilibrada. Alguns se adiantam destacando, aliás, que o trabalho de deputado é uma carga, um “sacrifício a fazer para a prosperidade do país e o bem dos eleitores” (Martin Jean, eletricidade), mas que o patrão deve assumir “exceto em casos de saúde”, precisa Lamotte; e sobre o qual dizem perceber a dupla servidão: necessidade de dar seu tempo e de dedicar esse tempo ao contato com políticos.

As argumentações aqui também variam em tamanho e em detalhes. Nem todo mundo pode se contentar com o desejo expressado por Vadot, foguista

na trempa¹⁴: “eu dezeju muito que o senhor permanessa nosso representantí”, ou à requisição de Jean Morlevat, torneiro, oficinas de construção: “Eu ouso esperar, Sr, que o senhor retorne, pois todos nós precisamos do senhor”. É natural que o dirigente, não importa o nome que o designe, deva representar o nós que forma a comunidade creusotina que recusa qualquer representação da comuna por estrangeiros. Pois é disso que se trata, da perpetuação de um “nós”, bem distinto e amalgamado, que se funda sobre o passado, incorporado e instituído: “representar nossa comuna” é representar nosso “querido”, nosso “grande”, “nossa comuna, o velho Creusot”, às vezes, nosso “pobre” Creusot, que acumula uma dupla particularidade, ligando orgulho e interesse. O Creusot é a sede da maior fábrica do mundo e o lugar de uma prosperidade econômica que repousa sobre a habilidade, a competência, a generosidade e a dedicação (pois essa qualidade também funciona em dois tempos, utilizada pelo operário, mas presumida) do *Brotgeber* local, dando o trabalho e a vida. Frente a esse “nós”, povoado de recordações longas para os mais antigos, os “eles” são constituídos de maneiras diversamente gerais, sem que se possa, exceto em alguns textos, desvelar variações baseadas em indicadores sociológicos.

“Eles” são em primeiro lugar alguns operários nascidos na comuna que não tiveram coragem e falharam em sua vocação nativa de homens da fábrica: “alguns de vossos operários de mente fraca e loucamente subversivos se deixaram levar por essa tormenta quase revolucionária” (L. Lesavre, já citado).

“Eles” são também aqueles da Social¹⁵, cuja percepção se apoia em imagens e fatos dotados de um forte grau de realidade no Creusot. Defrère JB (já citado) lembra, assim, que ele trabalha desde 1866 na fábrica e descreve sua atitude durante as eleições (“eu rasguei As Cédula em Sourdeau”) ou durante e depois das greves, após a demissão de três “sociais” excluídos da fábrica “que se jogaram em cima de min Como féras selvagen [...]”. São aqueles que, do exterior, vieram perturbar a ordem da empresa, “fanáticos”, com influência sobre “mentes fracas”: “apenas o senhor saberá afastar os oradores de barba comprida de nossa cidade operária” (Louis Villeboeuf, torneiro da oficina de barcos); “tirando a parte infecta que tanto mal fez à comuna, ainda restam

14 N.T.: No original, *tenpre*. Trata-se da grafia errada da palavra *trempa* (*têmpera*), operação utilizada na fabricação do aço.

15 N.T.: Sociale. Em referência aos defensores de uma República “social” e não somente “política”.

corações agradecidos" (Maurice Guyondet, operário na forja grande). Louis Villeboeuf, torneiro da oficina de barcos, pede que "afastai de nossa cidade operária, os oradores funestos de barba comprida". E Biot Paul étienne, Piloneiro na Artilharia: Eu me úno a vós para vos pedir que não nos abandone seria ruim que nossa comuna seja governada por revolucionário".

O vocabulário se faz mais preciso para aqueles que estão mais próximos de preocupações diretamente políticas: "contra os sectários e os anarquistas" JB Boutillon do Comitê Eleitoral do Creusot), "combater a seita dos sem-pátria que nos oprime" (L. Champmartin do Comitê Eleitoral do Creusot), "salvar nossa circunscrição da demagogia socialista" (um arquiteto, assinatura ilegível). Mas as categorias, devido à intensidade dos enfrentamentos de 1899/1900 e às clivagens claras e inclusive físicas que dividiram a cidade, podem ser partilhadas: "um bando de miseráveis, de gente sem pátria, sem fé nem lei, que nos mergulharam em tempos difíceis", destaca um operário assinando: "Vosso humilde servidor, operário sob vossa proteção desde 1874". É preciso "nos livrar de todos os sectários, pois eles tentam dominar os altos cargos para melhor nos aterrorizar" (Fs Durand, eletricidade).

"Eles" são ainda esses políticos, verdadeiras antíteses de uma dinastia que sempre defendeu uma retração da política e a assunção do papel de "homens especiais" (como escrevia desde 1846 Eugène I) na política. "Os Creusotinos não têm que se ocupar com políticas" (Fs. Auguste Bonnin, a mesma fórmula é encontrada na mensagem de Mouchonneau, ambos trabalham na prensa e pilão). Louis Geoffray (operário na artilharia) pede: "um deputado se colocando acima dos ódios políticos e que seja digno de nosso querido Creusot" [...], "enquanto que os políticos que temos por demais infelizmente apenas tentam complicar mais as coisas". Também a presença do patrão é solicitada, por vezes até dramatizada, em uma conjuntura definida principalmente como local, mas na qual os ecos retraduzidos da cena longínqua são reapropriados.

Há nessas correspondências alusões à política dita nacional, principalmente nas dos mais "politizados", onde se encontra a forma em que se expressa o debate político da época e alguns lugares comuns correntes no período. O tema da ordem e dos sem pátria é então utilizado: "em nome dos grandes princípios da ordem dos quais o senhor é o digno representante" (Lordon-Bidault, agente de crédito), "carregar a bandeira das pessoas honestas" (Claude

Guinot, pintor). Para outros, as propostas são muito gerais: a “situação política é incerta”, lança Benoit Charton, caldeireiro, não deve nos “abandonar nesse momento decisivo”, escreve Colin, “não nos abandone nesses tempos de problemas e de agitação” (um geômetra). E é pela mobilização de figuras contemporâneas do agitador da social – “as belas palavras de certos charlatões, que prometem um quilo de manteiga por uma libra de pão; mas que na verdade vivem às custas dos que se dispõem a lhes dar ouvidos” (L. Vavon, torneiro artilharia), e do político corrompido, que às vezes é igual ao precedente, que a política nacional é convocada.

Podemos estabelecer um tipo de nuança na explicação de voto baseada no reconhecimento e no interesse: da submissão ao interesse claramente admitido, ao interesse compartilhado e até às figuras mais gerais da “prosperidade do país”, ou até da França: “o interesse da pátria”, “a tranquilidade do país”, “ruína da França”, “renome da França”. As formulações que seguem apontam bem a mistura e a naturalidade da subordinação que inclina ao dever, ao reconhecimento e à defesa de seus interesses pessoais. “Eu votarei sempre no senhor que é meu mestre” (Cannet Nicolas, operário nas aciarias); “Eu vos rogo que Mantenhais o cargo de Deputado pois valorizo muito O senhor em especial como Bom Patrão” (Thomas François, (Forja) nº 5986, operário na Expedição); “Caro patrão o senhor sabe que agente deve sempri se interessá para quem agente trabálha e dessejeito assim o operário e o patrão podi si entendê pra sempri” (Palentin François, Oficina pilão); “Nós todos votaremos no senhor, todos sem abstenção, pois esse é apenas nosso dever” (Bidault Charles, of. Manutenção Bessemer); “Eu estimo em minha humilde opinião que os operários do Creusot podem ser dignamente representados apenas por seu Patrão” (Chaumont Frédéric, ajustador de torno da oficina de barcos); “Apoiar aquele que me fáiz ganhá meu pão” (Champmartin Claude, operário de mina); “Depois das bondades que o senhor teve conosco, e que nós podemos ainda precisar a cada dia” (Jusot Pierre, mineiro no poço Chaptal).

Em outras argumentações se apresentam razões mais gerais, que aliás não são incompatíveis com os interesses pessoais do autor. E as boas razões invocadas expõem as qualidades infinitas do chefe (“Eu não posso fazer a enumeração dos títulos que dão direito ao senhor”, Louis Geofray, já citado), que garantem a esperança da prosperidade: “apenas o senhor conhece suas necessidades” (da população do Creusot), escreve Sacleir Pierre, operário (vias férreas).

Além disso, são entidades mais amplas que se visam, e em primeiro lugar “a comuna” (entendida em primeiro lugar como a pequena pátria da maior fábrica do mundo): para a “felicidade do operário e a prosperidade do Creusot” (Landrot Jean, modelagem elétrica), “para o bem de seus operários e da comuna” (Thibaudin Paul, ajustador na Forja), “para a honra e a prosperidade da comuna” (Saunier Jean, marteleiro), “para o bem-estar da comuna e em particular do Creusot” (ilegível), para a “grandeza e a prosperidade de nossa fábrica, para a Igreja e pela França” (Corlin).

Apesar das solicitações para se candidatar às eleições de que foi objeto, em 1876 Henri Schneider escreve ao comitê eleitoral que ele declina dessas “ofer-
tas, por mais honoráveis que sejam”, para se dedicar à tarefa de manter “nossa grande indústria” “à altura a que foi elevada por meu pai” (AN C 3470). Eugène “2”, por sua vez, se recandidata. Em sua profissão de fé, publicada no *Courrier de la Saône et Loire* de 24 de abril de 1902, afirma que gostaria de ter “se dedicado à grande indústria sobre a qual tem responsabilidade”. Mas, “na presença das ameaças do futuro, apesar de minhas ocupações, eu aceitarei a deputação como um dever, se, com seus sufrágios, vocês afirmam sua convicção de que eu posso lhes ser útil e servir aos interesses da comuna”. Um pequeno programa se segue, pelo qual declara continuar “a permanecer fora da política de partido”.

Fecha-se assim o círculo. Mas, é por dever que o senhor da fundição diz aceitar o mandato (essa espécie de delegação; porém, o que há para delegar?), que alguns Creusotinos explicitaram, com seus meios, e que Eugène Schneider oficializa com suas próprias palavras.

A postura de superioridade do pesquisador

Ninguém jamais saberá como essas cartas foram “recebidas”. E o estranho privilégio dessa postura de superioridade do analista, historiador ou sociólogo, que tem tempo disponível, é sempre fonte de espanto, de inquietação ou de deleite. A trituração dos textos que fazemos reviver de outra forma permite uma totalização artificial que, no entanto, tem a pertinência de criar, por uma experiência de laboratório, uma aproximação a esse saber e a práticas coletivas que essas cartas deixam entrever.

Essas cartas não têm nada em comum com respostas a um questionário ou a um guia de entrevista que respeitaria certas regras de uma saudável

metodologia sociológica. Elas são uma obrigação a dar testemunho que passa por um procedimento raro e constrangedor para a época e nesses meio sociais, que é a escrita de uma carta: as possibilidades aparecem como infinitas, mas convergem para um número limitado de expressões. Escrevem somente aqueles que se sentem obrigados (quaisquer que sejam as motivações de obrigação) a expressar seu acordo frente a seu “patrão”.

Mas as formas desse acordo revelam uma gama muito ampla de aceitação do vínculo, e a docilidade guarda ao mesmo tempo uma comunidade de destinos compartilhados e fortes variações na apresentação de si desses *habitus* de dominados. Há um “nós” nessas cartas que abrem perspectivas sobre lugares comuns necessários à vida cotidiana e aqui transferidos para um universo de sentido, imediato para eles, mas que a acumulação dos testemunhos orientados ao patrão transfigura. Há também certo jogo nessas súplicas, que em alguns casos tentam travestir o duplo jogo do dominado que James Scott (1985) analisa, pelo sobreinvestimento na compunção e na submissão, enquanto que outros não hesitam em assumir plenamente, e em toda sua brutalidade, na forma escrita e na expressão reduzida *a minima*, a dominação em nome da qual pode se expressar um grito, que por certo não é uma reivindicação, mas que também recorda o dominante de seu pleno dever de dominação e, portanto, de proteção. Se autorizar a escrever uma carta é também se autorizar a pedir ao “senhor” que faça seu trabalho de dominante, indissolúvelmente “econômico e político”, para voltar a nossas fórmulas consagradas.

E as fórmulas de dedicação que pontuam a docilidade oferecem toda uma gama, desde a tentativa de encontrar epistolarmente o que se faz, à expressão imposta pelo escrivão público ou o contramestre, à palavra camuflando um jogo duplo e certa reserva, até a fórmula adequada que reforça as ideias e palavras fáceis por uma verbalização correta do foro interior e, também, o reconhecimento *tout court*.

Se a sócio-história – aceitemos fazer falar uma entidade, uma vez só não faz mal – pode ter alguma virtude, por meio da pesquisa nessas caixas de arquivo, é a de permitir que se coloquem questões de pesquisa e de complexificar os debates historiográficos e sociológicos. Aqui no caso, sobre a questão da politização, que poderíamos ser tentados a simplificar manejando a dicotomia competência política, de um lado, atalhos cognitivos, de outro. Penso

ter mostrado aqui, após realizar outra pesquisa tratando dos conhecimentos políticos de estudantes franceses, que é preciso pensar em termos de gradação (FAVRE; OFFERLÉ, 2002).

Certamente podemos determinar tipos-ideais de agentes sociais “objetivamente competentes” a partir de indicadores de conhecimentos propriamente políticos. Mas sabemos também, na prática, que se trata de todo um conjunto de nuances de situações. O método de compreensão dos “erros”, considerados não como equívocos, mas como aproximações dentro de um campo de conhecimentos pouco estabilizados para o indivíduo, permite considerar essa gradação e essas nuances. Creio ter mostrado, ainda, que a competência em política não é compreensível fora das situações na qual, ou nas quais, ela é solicitada. O equipamento prático de cada um depende (é função de e está na dependência) do equipamento dos outros. No caso aqui estudado, seus pares, com os quais se pode contar, e seus mestres, dos quais se antecipam as reações, por meio de suas próprias percepções e de seu próprio equipamento pessoal e tomado de empréstimo.

Muitos dois autores Creusotinos podem fazer rir, tamanha a quantidade de deficiências ortográficas e cognitivas: eles não sabem de muita coisa e sua expressão se perde entre o empréstimo de léxico e os erros na ligação das palavras. Eles podem, além disso, causar irritação, pois sua submissão, exposta nas cartas, pode parecer distante dessa “capacidade política das classes operárias” que o Grande Dicionário Larousse do século XIX detalha com prazer em duas colunas na entrada do verbete “Capacidade”, resumindo a obra póstuma de Proudhon.

Eles não sabem de muita coisa, mas eles sabem as coisas que aprenderam vivendo, e antes de morrer, no Creusot. O mínimo, para alguns, sobre a política eleitoral, que é aqui apenas o prolongamento de sua vida cotidiana, uma vez que para esses o horizonte dos possíveis se resume no fechamento da cidade-fábrica.

O historiador e o sociólogo: epílogo

A sócio-história pode prevalecer? Aliás, essa pergunta tem sentido? Uma investigação como a aqui apresentada sem dúvida não teria sido possível sem a ajuda dos *savoir-faire* das duas disciplinas que parecem agora indispensáveis, e isso ao mesmo tempo em que a superespecialização e a retração em

micro campos de pesquisa são uma ameaça. Ao fazer de uma caixa de arquivo um objeto, argumentamos simplesmente com as ferramentas acumuladas das Ciências Sociais. Remexendo na caixa de ferramentas da sociologia contemporânea, importamos com conhecimento de causa conceitos que tentaremos validar no campo de pesquisa e que servirão para construir o objeto. Ao trabalhar em um campo histórico, também despertamos o sociólogo de seu sono contemporâneo, propondo-lhe não apenas outras histórias além das suas, mas também profundidade para o campo (nós somos repletos de história) e, afinal, outras hipóteses de “pesquisa”.

Referências

CHARTIER, R. (Dir.). **La correspondance**. Les usages de la lettre au XIX^{ème} siècle. Paris: Fayard, 1991.

DÉLOYE, Y.; IHL, O. Des voix pas comme les autres. Votes blancs e nuls aux élections législatives de 1881. **Revue Française de Science Politique**, v. 1, n. 2, p. 141-170, avril 1991.

DICIONÁRIO DA ACADEMIA FRANCESA. 6. ed. Paris. 1832-1835

FAVRE, P.; OFFERLÉ, M. Connaissances politiques, compétence politique. Enquête sur les performances cognitives des étudiants français. **Revue Française de Science Politique**, v. 52, n. 2-3, p. 201-232, 2002.

FOSSÉ-POLIAK, C. **La vocation d'autodidacte**. Paris: L'Harmattan, 1992.

KARILA-COHEN, P. **L'État des esprits**. L'administration et l'observation de l'opinion départementale en France sous la monarchie constitutionnelle (1814-1848). Tese de doutorado, Univesité Paris-1, 2003.

LAGROYE, J. **La vérité dans l'Église catholique**. Contestations et restauration d'un régime d'autorité. Paris: Belin, 2006.

LEROUX, F. **Des voix discordantes**. Du bulletin annulé au bulletin nul. Paris: Mémoire de DEA, ENS-EHESS, 2002.

MASSARD, M. **Atitudes politiques et sociales dans la région du Creusot au début du siècle**. Thèse de 3^{ème} cycle, Université Lyon-2, 1973. (Mimeo).

MATHIEU, C; SCHNEIDER, D. (Dir.). **Les Schneider, Le Creusot**. Une famille, une entreprise, une ville (1836-1960). Paris: Fayard et Réunion des musées nationaux, 1995.

OFFERLÉ, M. **Pouvoir industriel, délégation et pénétration de l'État**. De la "tolérance du gouvernement patriarcal" à l'étatisation du Creusot. Communication au Colloque de Association Française pour la socio-histoire du politique, 1996. 21 p. (Mimeo).

SCHWARTZ, O. **La notion de "classes populaires"**. Mémoire d'habilitation à diriger des recherches. Université Versailles-Saint-Quentin, 1998. (Mimeo).

PARIZE, R. **Le paternalisme et son influence politique au Creusot, 1899-1939**. Thèse de 3^{ème} cycle d'histoire, Toulouse, 1976.

PERROT, M. **Les ouvriers en grève, 1871-1890**. 2 vol. Paris: Mouton, 1974.

ROY, J. A. **Histoire de la famille Schneider et du Creusot**. Paris: M. Rivière, 1962.

SCOTT, J. C. **Weapons of the Weak**. Everyday forms of peasant resistance. New Haven/Londres: Yale University Press, 1985.

WEBER, F. L'ethnologue et les scripteurs populaires: quelques remarques sur l'écriture comme interaction et comme compétence. **Enquête**, Cahier n. 8, p. 159-189, 1993.



Doc. 1: Eleitores vindo cumprimentar seu chefe eleito no pátio do castelo dos Schneider

Le Creusot 17 janvier 1908

Monsieur le député

J'ai tantôt dix ans et depuis
que je suis au Creusot je suis
toujours été dévoué à vos pieds ce
serait pour moi une grosse peine
de ne pouvoir parler ma modest
voix sur votre nom aimé et
respecté.

Je vous prie de vouloir bien
nous conserver votre mandat aux
élections de cette année.

Votre respectueux serviteur
Dedignus Pierre, ancien chef
antenne Rue J. Claude 6 au Creusot.

Creusot, 17 janvier 1908

Gust. Pierre Scaboteur
Éditeur des Presses de Plons
à Monsieur Schneider

Monsieur Schneider

C'est respectueusement que je
vions vous persuader de la
sincérité de mes sentiments,
en sollicitant votre candidature
aux prochaines élections
de députés.

Votre dévoué et fidèle électeur
Gust.

Creusot 17 de janeiro de 1902

Senhor deputado

tenho setenta ano e desde
que estou no Creusot eu sempre tive
fui dedicado ao vosso pai para mim
será uma grande lástima não
poder colocar meu modesto
voto em vosso nome amado e respeitado.
eu venho rogar ao senhor que conserve vosso
mandato nas eleições desse ano
Vosso respeitoso servidor
Desvigne Pierre ex-chefe cantonero

Rue St. Claude 6 no Creusot

Creusot, 17 de janeiro de 1902

Giroto Pierre Aplainador
Oficina de Prensas e Pilões
para o Senhor Schneider

Senhor Schneider

Venho respeitosamente vos persuadir
da sinceridade de meus sentimentos,
solicitando vossa candidatura nas
próximas eleições para deputados.

Vosso dedicado e fiel eleitor

Giroto

Doc 2.

Dois exemplos de cartas pedindo a Eugène Schneider que se candidate nas eleições de 1902 (Fundos da Academia François Bourdon)

“To Mr. Schneider”: when workers ask their boss to run for deputy (January 1902)

Abstract

Based on proceedings from the social history of politics, the article discusses how competence in politics cannot be understood outside the situations in which it is requested. The analysis of letters written by workers at a major foundry in Creusot (France) to his master and deputy allows us to capture the intricacies of the patronage tie through the mediation of written proof, by the manifestation of personal fidelity, then political, to the lord of the foundry-deputy. The intertwining of personal, economic, and political is the rule for the most faithful or for those who imitate such fidelity. The play around this indifferenciation is one of the impulses of certain epistolary strategies.

Keywords: Politicization. Workers. Social History of Politics. France.

Recebido em: 12.08.2017.

Aprovado em: 12.08.2017.